

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)

1

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)	Emendas do Senado
	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas, e dá outras providências.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		<b>Emenda nº 1 – CCJ (de redação)</b> O art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº. 115, de 2013, passa a ter a seguinte redação:
	<b>Art. 1º</b> Esta Lei altera os arts. 50 e 72 e revoga os §§ 1º e 2º do art. 32 e os §§ 1º e 2º do art. 58 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e acresce o art. 50-A à referida Lei, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas.	“ <b>Art. 1º</b> Esta Lei altera os arts. 32, 50 e 72 e revoga os §§ 1º e 2º do art. 32 e os §§ 1º e 2º do art. 58 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e acresce o art. 50-A à referida Lei, para dispor sobre a destruição de drogas apreendidas” (NR)
		<b>Emenda nº 2 – CCJ (de redação)</b> Inclua-se no art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013, renumerando-se os demais, a seguinte redação ao art. 32 da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006:
	<b>Art. 2º</b> O art. 50 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º, 4º e 5º:	
<b>Art. 32.</b> As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova. .....		“ <b>Art. 32.</b> As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo Delegado de Polícia na forma do art. 50-A, que recolherá quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova. .....” (NR)



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)	Emendas do Senado
<b>Art. 50.</b> Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.	" <b>Art. 50.</b> .....	
..... § 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.	.....	
	§ 3º Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de 10 (dez) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.	
	§ 4º A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.	
	§ 5º O local será vistoriado antes e depois de efetivada a destruição das drogas referida no § 3º, sendo lavrado auto circunstanciado pelo delegado de polícia, certificando-se neste a destruição total delas.”(NR)	
	<b>Art. 3º</b> O art. 72 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:	



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)	Emendas do Senado
<b>Art. 72.</b> Sempre que conveniente ou necessário, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará que se proceda, nos limites de sua jurisdição e na forma prevista no § 1º do art. 32 desta Lei, à destruição de drogas em processos já encerrados.	<b>"Art. 72.</b> Encerrado o processo penal ou arquivado o inquérito policial, o juiz, de ofício, mediante representação do delegado de polícia ou a requerimento do Ministério Público, determinará a destruição das amostras guardadas para contraprova, certificando isso nos autos."(NR)	
		<b>Emenda nº 3 – CCJ (de redação)</b> Dê-se a seguinte redação ao art. 50-A da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, pretendida pelo Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013:
	<b>Art. 4º</b> A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:	
<b>Art. 50.</b> Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.  ..... § 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.		
	<b>"Art. 50-A.</b> A destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo."	<b>"Art. 50-A.</b> A destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária a realização do laudo definitivo, aplicando-se no que couber o procedimento dos §§ 3º a 5º do art. 50.  .....". (NR)



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)	Emendas do Senado
<b>Art. 51.</b> O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto. .....		
<b>Art. 32.</b> As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.		
<b>§ 1º</b> A destruição de drogas far-se-á por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, guardando-se as amostras necessárias à preservação da prova.	<b>Art. 5º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 32 e os §§ 1º e 2º do art. 58 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.</b>	
<b>§ 2º</b> A incineração prevista no § 1º deste artigo será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público, e executada pela autoridade de polícia judiciária competente, na presença de representante do Ministério Público e da autoridade sanitária competente, mediante auto circunstanciado e após a perícia realizada no local da incineração. .....		
<b>Art. 58.</b> Encerrados os debates, proferirá o juiz sentença de imediato, ou o fará em 10 (dez) dias, ordenando que os autos para isso lhe sejam conclusos.		
<b>§ 1º</b> Ao proferir sentença, o juiz, não tendo havido controvérsia, no curso do processo, sobre a natureza ou quantidade da substância ou do produto, ou sobre a regularidade do respectivo laudo, determinará que se proceda na forma do art. 32, § 1º, desta Lei, preservando-se, para eventual contraprova, a fração que fixar.	<b>Art. 5º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 32 e os §§ 1º e 2º do art. 58 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.</b>	



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2013 (PL nº 1.598, de 2007, na Casa de origem)	Emendas do Senado
<p><b>§ 2º</b> Igual procedimento poderá adotar o juiz, em decisão motivada e, ouvido o Ministério Público, quando a quantidade ou valor da substância ou do produto o indicar, precedendo a medida a elaboração e juntada aos autos do laudo toxicológico.</p>		
	<p><b>Art. 6º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	

